

ATA DA 66ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE DEFESA DE PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS – CONDEPASA.

Aos trinta dias do mês de novembro de dois mil e vinte três, nas dependências do Palácio José Bonifácio, Sala de Situação, realizou-se a sexagésima sexta Reunião Extraordinária do Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos – CONDEPASA. Compareceram à reunião: Marcio Borchia Nacif, Maria Inês Rangel Garcia, Glaucus Renzo Farinello, João Luiz Cirilo Fernandes Wendler, Rafael dos Santos Oliva, Rogério Mathias Conde, Wânia Mendes Seixas, Amanda Guerra de Oliveira Andrade, Flávia Neves Dantas, Ricardo Martins da Silva, Edson Luis da Costa Sampaio, Marcela Rezek Calixto, Frederico Guilherme de Moura Karaoglan, Ricardo Beschizza, Marcelo Pistelli Nogueira e Fernanda Rodrigues Alarcon. O presidente, Marcio Borchia Nacif iniciou a reunião informando que não houve justificativa de ausência de Conselheiros. Informou, também, que nessa reunião, por tratar de assunto específico, se absteria de votar, tanto em nome da AEAS quanto pela presidência do Conselho para preservar a neutralidade da presidência não interferindo nas deliberações do mesmo, a não ser que seu voto se tornasse imprescindível para conclusão da mesma. A seguir tratou-se: apresentação da revisão do Decreto 5436/2009 que versa sobre os Níveis de Proteção – PA. nº 27228/2023-16: foram apresentados dois pareceres técnicos para o pleno, um preliminar, da Arqtª Marina Destro, atual Chefe da SEOTA e outro, detalhado, do Arqtº Vanderlei Hassan, componente do OTA. O presidente fez breve apresentação dos conteúdos dos dois pareceres e após debate entre os senhores Conselheiros foi colocado em votação sobre a oportunidade ou necessidade de serem, os dois, apresentados ao plenário, já que tinham sido enviados, previamente por e-mail, junto a convocação; sendo colocado em votação os representantes da Associação Comercial de Santos, Fundação Arquivo e Memória de Santos, Gabinete do Prefeito Municipal, Secretaria de Cultura, Secretaria de Meio Ambiente, Secretaria de Empreendedorismo Economia Criativa e Turismo, Secretaria de Desenvolvimento Urbano, Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo, Associação dos Empresários da Construção Civil da Baixada Santista, Secretaria de Infraestrutura e Edificações e Universidade Católica de Santos, decidiram pela leitura apenas do parecer técnico da Arqtª Marina Destro, atual Chefe da SEOTA. A tese levantada pelo representante do SASP, de que os dois pareceres deveriam ser lidos foi vencida. O presidente, regimentalmente, apresentou a hipótese de que os representantes da SEDURB deveriam se ausentar do plenário, visto ser a apreciação da revisão do Decreto 5436/2009 de interesse direto dessa

Secretaria. Posto em votação, votaram a favor todos os Conselheiros pela permanência do representante da SEDURB, tendo sido, portanto, mantido na reunião; Deu-se prosseguimento com a presidência passando a palavra à chefe da SEOTA que proferiu a leitura de seu parecer técnico, conforme deliberado, finda a mesma, abriu a palavra aos Conselheiros para que fizessem uso da palavra, A representante da SIEDI ressaltou que as diferenças dos níveis de proteção são pontuais e sugeriu que elas deveriam ser destacadas; o representante da SEDURB ressaltou que a discussão deveria ser em bloco. O SASP endossou a ideia da SIEDI, solicitando que a discussão se desse caso a caso, ressaltando que o conselho não é um órgão homologatório (nunca foi) que sempre discutiu as modificações propostas dessa forma. Ressaltou, em sua fala, que o Conselho não pode abrir mão dessa prerrogativa de autonomia e soberania, frisando que a entidade a qual representa não vê óbice quanto a retomada da revitalização do centro histórico no que dependesse da requalificação dos imóveis nele contidos. O representante da SEDURB interveio esclarecendo que a SETAC/SEOTA não tem a intenção de suprimir essa autonomia do Conselho. O representante da ACS lembrou que os pareceres foram disponibilizados digitalmente e que se houvesse alguma dúvida seria apontada. Após longa e qualificada discussão, levadas em consideração todas as intervenções efetuadas, o plenário do Conselho, com a abstenção do SASP e da AEAS/Presidência do CONDEPASA, foram aprovadas as adequações propostas pelo GTTAC – SEOTA, com os votos favoráveis das Secretarias e Entidades: SEESP, ASSECOB, FAMS, ACS, GPM, SIEDI, SEMAM, SEDURB, SECULT, UNISANTOS e SEECTUR. No item das proposições e comunicações nada foi apresentado. Por nada mais haver a discutir ou relatar, o Presidente Marcio Borchia Nacif deu por encerrada a reunião às onze horas. Eu, Lilian Esther Gigli.....secretariei a reunião e lavrei a presente ata que após aprovada, passa a ser assinada pelos Conselheiros a ela presentes. Santos, trinta de novembro de dois mil e vinte e três.

Maria Inês Rangel Garcia

Glaucus Renzo Farinello

João Luiz Cirilo Fernandes Wendler

Rafael dos Santos Oliva

Rogério Mathias Conde

Wânia Mendes Seixas

Amanda Guerra de Oliveira Andrade

Flávia Neves Dantas

Ricardo Martins da Silva

Edson Luis da Costa Sampaio

Marcela Rezek Calixto

Frederico Guilherme de Moura Karaoglan

Ricardo Beschizza

Marcelo Pistelli Nogueira

Fernanda Rodrigues Alarcon